



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

dos Santos Machado, Charliton José; da Silva Nunes, Maria Lúcia; Meira de
Vasconcelos, Larissa

O presidente Castro Pinto e a Universidade Popular: ideais da educação na Parahyba do
Norte publicados no jornal A União (1912-1915)
Educação Unisinos, vol. 19, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 184-195
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644340004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O presidente Castro Pinto e a Universidade Popular: ideais da educação na Parahyba do Norte publicados no jornal *A União* (1912-1915)

President Castro Pinto and Popular University: The ideals of education in Parahyba do Norte published in *A União* newspaper (1912-1915)

Charliton José dos Santos Machado
charlitonlara@yahoo.com.br

Maria Lúcia da Silva Nunes
mlsnunesml@gmail.com

Larissa Meira de Vasconcelos
meiravasconcelos@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o conteúdo de duas conferências, publicadas em 1913 no jornal *A União*, órgão da imprensa oficial do Estado, inseridas no ideário do movimento “Universidade Popular”, criado pelo Presidente da Parahyba do Norte, João Pereira de Castro Pinto, entre os anos de 1912-1915. Toma-se a imprensa como fonte para a história da educação, vislumbrando seu vínculo com a sociedade e a possibilidade de apreender o lugar destinado à educação naquele contexto. A análise dos textos permite afirmar que a discussão em torno da implantação de uma Universidade Popular na Parahyba do Norte – embora esta não tenha de fato se concretizado – pôs em pauta assuntos fundamentais, como ensino primário, direitos da mulher, instrução pública, entre outros, para se pensar uma renovação educacional. Dessa forma, a Parahyba do Norte buscava demarcar seu espaço no campo desse debate no país.

Palavras-chave: Universidade Popular, Parahyba do Norte, imprensa.

Abstract: This article analyzes the contents of two conferences, published in 1913 in *A União* newspaper, the official press agency of the state, inserted in the ideals of the movement Popular University, created by President of Parahyba do Norte João Pereira de Castro Pinto, throughout the years of 1912 to 1915. The press becomes a source for the history of education, seeing their ties with society and the possibility of seizing the place for education in that context. The analysis of texts to claim that the discussion around the implementation of a Popular University in Parahyba do Norte – although this has not actually come true – put on the agenda key issues, such as primary education, women's rights, public education, among others, to think of an educational renewal. Thus, Parahyba do Norte marks its space in this debate in the country.

Keywords: Popular University, Parahyba do Norte, press.

Introdução

Este estudo objetiva divulgar e analisar o conteúdo do debate educacional, em particular o ideário do movimento “Universidade Popular”, criado e liderado pelo então Presidente da Paraíba do Norte¹ João Pereira de Castro Pinto, entre os anos de 1912-1915². A pesquisa restringe-se, inicialmente, ao estudo de matérias educacionais publicadas no jornal *A União*³, órgão da imprensa oficial do Estado, focando as três primeiras décadas do século XX. No estudo específico, analisa-se, particularmente, as iniciativas políticas em favor da educação e o conteúdo temático das conferências realizadas no ambiente institucional da “Universidade Popular”, movimento que reuniu seleto grupo de intelectuais na Paraíba do Norte durante o governo do presidente João Pereira de Castro Pinto. No presente artigo, priorizam-se trechos da oitava conferência, intitulada “Os direitos da mulher”, proferida por Catharina Moura⁴, única mulher a participar como conferencista dos debates em torno da “Universidade Popular”. Na oportunidade, Catharina tece severas críticas ao modelo de “participação democrática” que configurou a ordem política da época, com o intuito de construir argumentos em defesa

do sufrágio universal, bandeira que ganharia ímpeto nas décadas seguintes, em especial com as mobilizações sufragistas pós-década de 1920. Por fim, optou-se por discutir, também, o conteúdo da décima conferência, intitulada “Instrução pública”, proferida por João Carneiro Monteiro, haja vista que é possível refletir, a partir desta, sobre a inspiração e o idealismo intelectual que norteavam o ambiente em prol da cultura das letras durante a Primeira República, bem como sobre a crítica empreendida ao modelo de instrução pública que foi sendo consolidado no Brasil.

O objetivo de tomar a imprensa como principal fonte de investigação histórica educacional, no referido estudo, partiu do pressuposto de que esta não se produz desvinculada da sociedade na qual se insere, haja vista que, através dela, é possível apreender o lugar que fora reservado à educação nos processos históricos da sociedade. Nos primórdios do século XX, a imprensa, segundo Priore (2009, p. 35), “tornara-se uma caixa de ressonância das ansiedades sociais, tornando mais tênue as divisões entre a casa e a rua, vida privada e vida pública”.

Conforme atesta Luca (2006), os jornais apresentam-se como um rico e fascinante universo simbólico. Assim, trabalhar com jornais no interior

da História da Educação é tomá-los mais como “*fragmentos verossímeis* da cultura de um tempo e de um espaço, do que pensá-los como provas fidedignas do passado” (Campos, 2012, p. 66). A construção do discurso jornalístico, dessa forma, ultrapassa o aspecto informativo, na medida em que “estrutura a percepção dos leitores e orienta as suas apreensões” (Soares, 2010, p. 69).

Embora o jornal *A União* não seja estritamente direcionado ao público escolar ou aborde matérias relativas ao campo da pedagogia especificamente, parte-se da premissa de que o fenômeno educacional não se limita à escola, mas se encontra difundido na sociedade. Ratifica-se, portanto, as afirmações de Gonçalves Netto (2002), Araújo e Schelbauer (2007) e Campos (2012), para os quais os periódicos não especificamente pedagógicos devem ser analisados com zelo pelos historiadores da educação, na medida em que “[...] a educação é uma prática social que se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura, e a imprensa tem seu lugar na educação dos homens em sociedade” (Araújo e Schelbauer, 2007, p. 5).

Sobre a potencialidade da pesquisa tendo a imprensa como fonte histórica educacional, enfatiza Araújo e Schelbauer (2007, p. 7):

¹ O estado da Paraíba e sua capital eram denominados pela mesma nomenclatura à época. Em particular, João Pessoa já teve vários nomes antes da atual denominação. Primeiro, foi chamado de Nossa Senhora das Neves, em 05 de agosto de 1585, em homenagem ao Santo do dia em que foi fundada. Depois, foi chamada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 29 de outubro de 1585, em atenção ao rei da Espanha D. Felipe II, quando Portugal passou ao domínio Espanhol. Em seguida, recebeu o nome de Frederikstadt (Frederica), em 26 de dezembro de 1634, por ocasião da sua conquista pelos holandeses, em homenagem a Sua Alteza, o Príncipe Orange, Frederico Henrique. Novamente mudou de nome, desta vez passando a chamar-se Paraíba, a 01 de fevereiro de 1654, com o retorno ao domínio português, recebendo a mesma denominação que teve a capitania, depois a província e, por último, o Estado. Em 04 de setembro de 1930, finalmente recebeu o nome de João Pessoa, homenagem prestada ao Presidente do Estado assassinado em Recife, conhecido pelo apoio negado ao Dr. Júlio Prestes, candidato oficial à Presidência da República, nas eleições de 1930.

² Este texto vincula-se ao projeto de pesquisa “Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações”, do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – (HISTEDBR-GT/PB) do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal da Paraíba.

³ Fundado em 02 de fevereiro de 1893, no governo de Álvaro Machado. Desde sua fundação, mantém uma produção diária. É um dos mais antigos do Brasil.

⁴ Conforme afirmam Machado *et al.* (2013), as fontes acerca da biografia de Catharina Moura são escassas nos arquivos oficiais do Estado, o que dificulta, sobremaneira, o acesso às informações sobre a trajetória intelectual e educacional da referida personagem. Sabe-se que Catharina Moura nasceu na capital da Província da Paraíba, em 20 de dezembro de 1882, tendo como pais Misael do Rego Moura e Francisca Rodrigues Chaves Moura. Recebeu o diploma de professora normalista na 11^ª turma de concluintes, em 26 de abril de 1902, matriculando-se, em 1908, na Faculdade de Direito do Recife, de onde saiu formada, em 1912. Na Escola Normal dessa Capital, lecionou as cadeiras de Português, Desenho, Francês e História da Civilização, sendo nomeada, em 1917, professora efetiva da cadeira de Português.

Ao longo das últimas décadas, os historiadores da educação têm se debruçado sobre novas fontes de pesquisa, procurado encontrar registros, no tempo passado, sobre os caminhos percorridos pela história da educação. A imprensa, sem dúvida, tem se configurado como uma dessas novas fontes e possibilitado, por meio de diversos olhares, a constituição do retrato de um tempo.

Por outro lado, há de se ressaltar que a imprensa, como documento na pesquisa histórica, não pode ser considerada um campo neutro, posto que se reveste do caráter político e de poder, no sentido de selecionar e construir uma narrativa do fato, transformando-o em acontecimento e criando uma memória do que deve ser lembrado e esquecido no futuro (Rosa, 2009, p. 312). Além disso, é necessário advertir sobre as principais dificuldades em trabalhar com jornais do período histórico que compreende as três primeiras décadas do século XX, na Paraíba. Os jornais estão em contínuo processo de degradação, vastamente fragmentados e algumas obras já não podem mais ser consultadas pelo público, devido ao avançado estado de decomposição. No entanto, o jornal *A União* tem, ainda que de forma vacilante, um acervo acessível para consulta no Arquivo Histórico Waldeimar Bispo Duarte, localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC), bem como na própria sede do periódico, atualmente situada no Distrito Industrial, em João Pessoa, e, ainda, no Arquivo da Fundação Casa de José Américo (FCJA), também localizada na referida capital paraibana.

Nesse sentido, há de se indagar: qual era o propósito político que se colocava em favor da organização da Universidade Popular? Qual era o envolvimento intelectual e político do Presidente Castro Pinto com a Universidade Popular? Tais questões provocam a necessidade de revisitar

o período histórico perscrutado, na perspectiva de contribuir com uma leitura da educação no cenário da Primeira República, na Paraíba do Norte.

Breves notas sobre o governo Castro Pinto

João Pereira de Castro Pinto nasceu em Mamanguape, em 03 de novembro de 1863. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, foi monarquista, abolicionista, jornalista e professor de forte presença no cenário das letras e artes da época. Eleger-se deputado federal em 1906 e senador da república em 1908.

Personagem de sólida formação intelectual, João Pereira de Castro Pinto era vinculado às oligarquias locais, escolhido à época como um nome de conciliação das elites oligárquicas para exercer a Presidência do Estado, em 1912. O governo de João Pereira de Castro Pinto como Presidente da Paraíba do Norte ocorreu entre o período de 22 de outubro de 1912 a 24 de julho de 1915, período que culminou com sua renúncia ao cargo (Raposo, 2006).

Sobre esse processo, Rodrigues (1984, p. 11) informa que

[...] com a presença de Hermes da Fonseca, uma outra reunião em que acordou a retirada das candidaturas de Walfrido Leal e Antônio Pessoa, os dois adversários que disputavam a Presidência do Estado [...] apresentou-se, então como elemento de conciliação, o nome do Senador João Pereira de Castro Pinto, ‘um amigo comum’, que foi aceito por todos. Acertou-se, também que Antônio Pessoa seria candidato a Primeira Vice-Presidência e que Epitácio Pessoa faria ainda dois deputados federais e dois senadores (um dos quais seria ele próprio). A Walfrido Leal caberia a indicação de três deputados federais e um senador, além do Segundo Vice-Presidente.

Apesar do contrato político pela coalizão, realizado em dezembro de 1911, nos anos seguintes, em particular com a morte do líder político Álvaro Machado, ocorrida em 30 de janeiro de 1912, as elites oligárquicas não conseguiram amainar os conflitos relativos ao comando político do Estado. As posições antagônicas:

[...] iam desaguar em Castro Pinto. Guinado à Presidência do Estado sob a premissa de se construir um elemento ‘neutro’, foi incumbido de promover a harmonia entre os dois grupos. A missão se tornou impossível [...] A insatisfação foi-se avolumando à medida que os desentendimentos se acumulavam. Pressionado entre dois fogos, o Governador passou a nutrir a ideia de renúncia [...] (Rodrigues, 1984, p. 11).

Apesar da fragilidade política, resultante dos embates políticos dos inconciliáveis interesses oligárquicos, o referido presidente é considerado por estudiosos como tendo sido um homem sintonizado com os ideais modernos da educação propagados por liberais no Brasil, no cenário da Primeira República, aliando-se aos que defendiam uma transição concreta das tradições do império para o projeto republicano. De acordo com Trigueiro (1982, p. 39), “Castro Pinto era tido como um filósofo, no sentido popular da expressão. Era um idealista, um teórico, um sonhador, inteiramente desprovido de espírito prático”.

Na opinião de Freire (1978, p. 149), “O seu Governo foi marcado pelo valor que deu às letras. Todas as obras paraibanas de escritores foram divulgadas pela imprensa oficial. [...] Fundou a primeira Biblioteca na Paraíba. Melhorou o ensino [...]”.

Na opinião de Mello (1956, p. 84):

Seu governo projetou-se como um marco indestrutível de elevação intelectual, colocando sempre o domínio das letras e o interesse pela cultura acima das paixões políticas.

Todavia, essa reconhecida sensibilidade do Presidente Castro Pinto, “aberta às emoções da poesia e das artes plásticas” (Duarte, 2000), posicionava-o em condições diferenciadas do pragmatismo partidário promovido pelas oligarquias locais (alvarismo, venancismo, epitacismo), apesar de fazer parte dele como agente de um projeto político. Segundo Rodrigues (1984, p. 11),

Toda medida tomada por ele era vista por umas das partes como um favorecimento à outra. Por essas e outras razões, dentro em pouco Castro Pinto começou a julgar incômodo o papel de Presidente do Estado.

Diante das insolúveis pressões oligárquicas, do combate ao cangaceirismo, dos efeitos das fortes estiagens e, sobretudo, dos desencantos com as atividades político-administrativas, o Presidente João Pereira de Castro Pinto renunciou à condição de mandatário principal da Paraíba do Norte, em 24 de julho de 1915, optando, assim, por um ostracismo voluntário no Rio de Janeiro, na condição de “[...] titular de um modesto cartório” (Duarte, 2000, p. 9). Castro Pinto faleceu em 11 de julho de 1944.

O ideário “Universidade Popular”

Entre as iniciativas educacionais modernizadoras do governo de João Pereira de Castro Pinto para impulsionar a educação e a cultura do estado, esteve presente a ambição administrativa de liderar e promover as “Conferências da Universidade

Popular”, movimento que aglutinava políticos, intelectuais e educadores em uma entidade representativa, na perspectiva de criar uma Universidade Popular capaz de preparar a Paraíba do Norte para a modernidade. Em matéria publicada no jornal *A União*, de 17 de janeiro de 1913, era apresentada a constituição de sua diretoria, os temas e os conferencistas:

Como prometemos hontem aos nossos leitores, damos aqui a notícia dos trabalhos realizados na 1.ª sessão preparatória efectuada no salão nobre do Theatro Santa Rosa, no sentido de crear uma Universidade Popular, em nossa terra. Director fundador e socio correspondente, dr. Symphronio Magalhães: presidente honorario, o exmo. dr. João Pereira de Castro Pinto; Presidente efectivo. dr. José Ferreira de Novaes; primeiro, segundo, terceiro e quarto vice-presidente – dr. José Rodrigues de Carvalho, dr. Matheus d’Oliveira, dr. Miguel Rapôso e Cap. João Bonifacio de Carvalho. Oradores: drs. Alcides Balthar, Alpheu Rosas, Alvaro de Carvalho, Oscar Soares, Romulo Pachêco, Ascendino Cunha e Octacilio de Albuquerque. 1.º Secretario major Arthur Achilles dos Santos; 2.º secretario dr. Clemente Rosas. Suplentes Francisco Barroso e cel. Antonio de Castro Pinto e Augusto Belmont. Thesoureiro cel. Antonio de Brito Lyra. A comissão organizadora das conferências ficou composta dos seguintes membros: dr. Thomas de A. Mindello, Irineu Ferreira Pinto, dr. Izaac Pinto, dr. Walfredo Guedes, Francisco de Assis Vidal, Neves Filho, João Coriolano de Medeiros, José Joaquim de Abreu, dr. Diogenes Penna, conego Odilon Coutinho, padre Mathias Feire, Edmundo Alverga, Alberto de Brito, Genesio de Andrade, tenente cel. Achilles Coutinho, d. Gaspar Lefebvre, tenente Camillo Ribeiro, dr. Xavier Junior, cel. José Francisco de Moura, dr.ª Catharina Moura e d. Angela Moreira Lima. Para membros da comissão executiva aclamaram-se os seguintes srs. Cel. Antonio Pereira Peixoto,

J. Luiz Ribeiro de Moraes, cel. Manoel Garcia de Castro, cel. Joaquim Coimbra, Ulysses d’Oliveira, Nestor de Freitas, Arthur Carlos de Gouvêa, cel. Ignacio Evaristo Monteiro, Albinho Moreira, Carlos Alverga, José Peregrino Gonçalves de Medeiros, cel. Luiz Bahia, Araújo Filho, Murillo Lemos, cel. Joaquim Leobino Fiúza Lima, Manoel Monteiro Gomes d’Oliveira, Annanias Batalha, Brasílio de Sousa, Manoel Lopes de Mello, Benevenuto Pimentel, Anizio Mathias d’Oliveira, Ezequiel Machado e João de Barros. A comissão de propaganda ficou assim organizada: dr. João Suassuna, dr. José Fructuoso Dantas, dr. Diogenes Caldas, dr. Bernabé Gondim, dr. Leonardo Smith, dr. Alexandre dos Anjos, dr. José Almeida, Ruy Alverga, dr. João Dias Junior, dr. Bellino Souto, Meira de Menezes, professor Sizenando Costa, Professor Francisco de Assis Silva, dr. Joaquim José Henrique da Silva, e professor Almeida Cardoso. Assentou-se que serão convidados para celebrar conferências no decorrer do anno 1913, os seguintes srs: dr. Symphronio de Magalhães que falará sobre o Jornal Moderno, com projeções cinematographicas: o dr. João Marques sobre o thema – A cultura da borracha; Irineu Pinto, sobre Vidal de Negreiros; dr. Matheus d’Oliveira, sobre a cidade moderna; dr. Isacc Pinto sobre os tres poderes politicos na União e no Estado; cel. José Moura, sobre physica e echimica; dr. Thomas Mindello, sobre chorographia do Brazil: dr. Alcides Balthar, sobre syndicatos agrícolas; dr. Romulo Pachêco, sobre agronomia; dr. Octacilio, sobre Hygiene publica; dr. Ascendino Cunha, sobre o norte do Brazil; dr. Lima Filho, sobre Hygiene domestica; dr. Flavio Maroja, sobre Hygiene escolar; drs. João Carneiro Monteiro, Frederico Cavalcante e Xavier Junior, sobre instrucção publica; Dr.ª Catharina Moura, sobre os direitos politicos da mulher: Dr. José Rodrigues, sobre os poetas do norte; João Coriolano de Medeiros, sobre o sertão Paraíbano; dr. Clemente Rosas, sobre o commercio da Paraíba; dr. José Novaes, sobre o

mutualismo; Dr. Antonio Hortencio, sobre habitações populares; Tenente cel. Achilles Coutinho, sobre o exército brasileiro; cel João Lyra, sobre literatura commercial, Dr. Leonardo Smith, sobre organização municipal; Francisco Barrôso, sobre teatro arte dramática; Major Arthur Achilles, sobre instrução de credito; Dr. Oscar Soares, sobre a vida de imprensa; dr. M. Tavares, sobre sciencias naturaes; Dr. Affonso Campos, sobre direito eleitoral; Dr. João Suassuna, sobre ensino secundário; Dr. Heraclito Cavalcante, sobre habeas-corpus; Dr. Caldas Brandão, sobre o jury; desembargador Botto de Meneses, sobre a democracia ingleza; Dr. Walfredo Guedes, sobre prophilaxia das molestias endêmicas, na Paraíba; Pe. Odilon Coitinho, sobre instrução primaria; Dr. Joaquim Silva, sobre assistencia publica; Dr. Irineu Joffly, sobre identificação criminal; Anezio Mathias, sobre as artes liberaes na Paraíba e Alvaro de Carvalho, sobre Literatura Italiana. Como se vê, a Universidade Popular compõe-se dos melhores elementos e parece que em dar a nota lacre no concerto de nossa vida espiritual⁵ (*A União*, 17 jan. 1913, p. 1).

Vale destacar que apenas duas mulheres fizeram parte da comissão organizadora da referida Universidade, Angela Moreira Lima⁶ e Catharina Moura, sendo que apenas esta última esteve entre os conferencistas.

Apesar do cunho oficialista que revestia a organização e a publicização da “Universidade Popular” na Paraíba do Norte, o jornal *A*

União, em matéria publicada em janeiro de 1913, reproduzia notícia divulgada em *O Paiz*⁷, identificando o movimento com as políticas governamentais destinadas às camadas sociais subalternas:

Chega-nos, entretanto, do Estado da Paraíba, a notícia da criação, em sua capital, sob auspícios do actual governador, de uma universidade popular destinada à propagação da instrução nas camadas sociaes proletárias, por meio de conferencias (*A União*, 01 fev. 1913, p. 1).

Ainda sobre A Universidade Popular, Oliveira Sobrinho (2002, p. 206), em sua obra Anotações para a História da Paraíba, reforça a identidade institucional do movimento, ao informar que:

Por iniciativa do Presidente Castro Pinto e com a finalidade de preservar o patrimônio cultural da Paraíba, foi fundada nesta capital, a 15 de janeiro de 1913, a Universidade Popular, que iniciou uma nova era da atividade intelectual em nosso meio. Dela participaram Aurélio de Figueiredo, Coriolano de Medeiros, João de Lira Tavares, Sinfrônio Magalhães, Álvaro de Carvalho, Catharina Moura, José Carneiro Monteiro, Tavares Cavalcanti, desembargador Boto de Medeiros e Isaac Pinto, que ali tiveram oportunidade de proferir interessantes palestras. Lamentavelmente, a Universidade Popular desapareceu pouco tempo depois de instalada.

De acordo com Silva (2009, p. 55):

Vários intelectuais foram convidados a fazer parte dessa universidade [...] No tocante às publicações, alguns livros eram compilações de artigos publicados nos jornais e muitas vezes conferências dos autores. Era uma intensa vivência das descobertas dos espíritos das inteligências.

Ainda sobre o processo de formação da Universidade Popular, o educador e historiador José Baptista de Mello, em sua renomada obra *A evolução do ensino na Paraíba*, afirma que:

Castro Pinto, no afan grandioso de elevar a Paraíba teve sonhos que não chegaram à tentativa; a criação de uma Escola Normal no sertão e a de uma Universidade Popular (Mello, 1956, p. 84).

À época, na condição de diretor geral do jornal oficial do Estado, *A União*, coube ao escritor e intelectual Carlos Dias Fernandes⁸, por orientação do presidente João Pereira de Castro Pinto, dimensionar as informações relacionadas ao evento, noticiando as iniciativas de organização, divulgando os temas das conferências, sua repercussão e publicação integral do texto, a exemplo da matéria publicada em 16 de janeiro de 1913:

UNIVERSIDADE POPULAR

- Uma Idea que toma vulto: A Paraíba instrue-se. Ficou fundada uma universidade. Determinação de seus fins. – Organização de comissões.

⁵ Foi mantida a escrita original dos textos.

⁶ Sabe-se que Angela Moreira Lima foi sócia também da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, pois foram localizados nos anos de 1936, 1937 e 1938 textos de sua autoria na Página Feminina (*A União*, 1936, 1937, 1938). Entretanto, não foram encontradas outras informações a seu respeito.

⁷ Periódico matutino do Rio de Janeiro que circulou entre as décadas de 1880 e 1930, tendo suas atividades cessadas sob a ditadura de Getúlio Vargas.

⁸ Carlos D. Fernandes (1875-1942) – nascido na antiga Província da Paraíba e falecido no Rio de Janeiro, contribuiu de maneira decisiva para o movimento naturalista e o movimento simbolista da literatura brasileira no seu estado. Foi poeta, romancista, contista, biógrafo e pedagogo. Embora tenha viajado pelo Norte e vivido seus últimos anos no Rio de Janeiro, foi um homem tipicamente provinciano. Na capital fluminense, travou conhecimento com Cruz e Sousa, tornando-se seu grande amigo e admirador. Iniciou a carreira jornalística, escrevendo em *A Gazeta da Tarde*; *A cidade do Rio* e na *Revista Rosa Cruz*. O tom satírico de sua prosa e de sua poesia procura sempre fustigar seus companheiros de província, não apenas em editoriais políticos, como também em epigramas. Publicou os romances *Os cangaceiros* e *A renegada*, ambos de temática regional. Em 1936, saiu *Fretana*, romance autobiográfico, onde aparecem as figuras principais do Simbolismo, a cuja geração também pertenceu. Destaque-se também sua produção didática, escrita sob encomenda do governador Camillo de Hollanda: *Escola Pitoresca* (1918).

– Determinação de matérias a tratar [...] Com a assistência numerosa, excedendo de muito a expectativa de todos que lá estiveram, realizou-se, homtem, no Santa Rosa, como antemão annumciamos, a primeira sessão prepatoria, tendente a crear uma universidade popular, na Paraíba. A' hora marcada os promotores da Idea Dr. Symphoroneo Magalhães, Ex. mo. Dr. Castro Pinto e Dr. Magalhães e Dr. Matheus de Oliveira tomaram um logar á parte e começou S. Exc.º o Dr. Castro Pinto, que occupou o posto de presidente, a expor os motivos da reunião, dando, em seguida, a palavra ao Dr. Symphonio de Magalhães. O illustre homem de letras dissertou sobre a organisação das sociedades congeneres, na Itália, pelas quaes pretendia modelar a nossa. Disse que o titulo parecia muito pomposo, mas que outro não poderia traduzir tão bem ao fim a que se ella propõe (*A União*, 17 jan. 1913, p. 1.).

Para análise deste estudo, são destacados, a seguir, trechos das seguintes conferências: “Os direitos da mulher”, proferida por Catharina Moura e “Instrução pública”, proferida por João Carneiro Monteiro, respectivamente, na oitava e décima conferências.

Universidade Popular: “Os direitos da mulher” e a “Instrução pública”

A 8.ª conferência da Universidade Popular, intitulada “Os direitos da Mulher”, foi proferida pela advogada e educadora, Catharina Moura, em 30 de março de 1913, no Teatro Santa Rosa, na capital da Província, e publicada na íntegra nos dias 01 e 02 de abril do mesmo ano, no jornal *A União*.

Nas notícias veiculadas pelo jornal supracitado, a conferência “Os direitos da Mulher” recebeu elogiosas menções ao conteúdo divulgado:

[...] A dr.ª Catharina Moura, jovem recentemente formada pela faculdade de direito de Recife, onde fez um dos cursos mais brilhantes, sahindo com aprovações distintas em todas as dezesseis cadeiras, produziu um peça scintillante, de forma e unidade científica, que deixou a mais dura doura e grata impressão no auditório (*A União*, 01 fev. 1913, p. 1).

Ocupando, na condição de mulher, o espaço da elite política e intelectual masculina da Paraíba do Norte, a educadora viu-se na necessidade de expressar, no início da sua conferência, uma justificativa do seu distanciamento em relação às expoentes lutas e bandeiras feministas que timidamente arregimentavam a militância no Brasil em prol do sufrágio universal, sem, com isso, deixar de registrar sua admiração pelas mulheres que assumiam essa condição na sociedade:

Quero apenas prevenir-vos, para que não esperei muito de mim na defesa da causa que aqui me traz. Dizer-vos que não sou infelizmente uma feminista; que, apesar de não ter tido eu em nenhuma época da existência o apoio de um braço masculino e ter, portanto, conhecido por experiência o quanto é útil, o quanto é necessária a elevação feminina pelo trabalho de qualquer natureza, não sou uma dessas mulheres sublimes que denodadamente se batem pela elevação, pela emancipação do seu sexo [...] Deixemos, portanto, senhores, a fraqueza dos meus argumentos no correr desta despretenciosa palestra, informados como estaeis de que não sou dessas mulheres admiraveis que affrontam impávidas os risos de escarneo, as pesadas ironias, os malevolos dichotes com que as mimoseam os ferozes inimigos do progresso femenino, aquelles que, ou por temerem a competencia do sexo que chamam fraco ou por não quererem que lhes fuja o imperio até aqui exercido sobre elle, lutam com o ridiculo, a mais vil de todas as armas, para a todo custo conserval-o (*A União*, 01 abr. 1913, p. 1).

Nota-se que apesar dessa justificativa “não sou infelizmente uma feminista”, inicialmente direcionada ao auditório, a educadora expõe franca relação com o citado movimento em curso, ao mesmo tempo considera “mulheres sublimes”, “admiráveis” e “impávidas” aquelas que se arriscam na luta pela emancipação do sexo feminino. Dos argumentos iniciais, partiu para o confronto aberto e irônico com as opiniões acerca dos restritos direitos políticos femininos na época, situação aceita quase sem qualquer questionamento por homens e mulheres na sociedade:

[...] no Brasil não deu ainda á mulher a mínima parcella, achando que muito pesa na *fidelissima* balança da politica o voto de um homem, mesmo ignorante, quase analphabeto, incapaz de avaliar do valor moral e intellectual de um candidato; ao passo que é impoderavel o voto de uma representante do outro sexo por mais intelligente, culta e mesmo prudente que todos a reconheçam [...] julgo tão incoherente, tão em desacordo com os progressos do seculo o modo por que entre nós é dado o direito de voto politico, que dificilmente contenho o riso quando em um dia de eleição observo de minha janella o movimento desusado das ruas, atulhadas de pobres matutos em cujas mãos introduziram os chefes locaes a patente de eleitor, fazendo-os repetirem, como as crenças o padre-nosso, o nome do candidato a quem vão dar o seu voto consciente e ponderado [...] Mas como não será assim se as leis são feitas pelos homens, se são os representantes do sexo forte que legislam para si e para nós? [...] (*A União*, 01 abr. 1913, p. 1).

Nessa passagem de sua exposição, percebe-se que a educadora tecia consistentes críticas não apenas ao lugar reservado à mulher na nascente cidadania republicana, como, também, ao modelo de “participação democrática” que configurou a ordem social burguesa da época

como moderna. Ou seja, os poucos eleitores eram chamados, casualmente, apenas para homologar as escolhas previamente feitas nos pactos oligárquicos de sucessão do poder, sem, contudo, interferir na administração pública. Na prática, a democracia era apenas um objeto formal, pois a eleição a bico de pena tornava impossível a alternância de poder entre os partidos. Acerca da conjuntura política na Parahyba do Norte, enfatiza Coutinho (1965, p. 30): “A Primeira República era das atas ocultas e das depurações às claras. Não tinha voto secreto. Tinha as perseguições oficiais, os empastelamentos dos jornais oposicionistas”.

A conferencista ressalta, ainda, de forma contundente, citando intelectuais da época, uma interpretação crítica dos fundamentos constitucionais republicanos, cujo entendimento majoritário firmava-se pelo não reconhecimento da mulher como sujeito político:

Empregando, porém, a expressão ‘nossa legislação, parece-me, não andei muito acertadamente’. Nossa lei básica, a Constituição de 24 de fevereiro, estatuindo no seu Tit, IV, Seccão I, artigos 69 e 70, as qualidades necessárias para ser cidadão brasileiro e eleitor, não se refere ao sexo como provando que este não pôde ser absolutamente considerado motivo justo de capacidade ou incapacidade physica ou moral para o livre exercício do direito de voto. Donde nasce, portanto, a incapacidade da mulher se a constituição não priva do voto em nenhum dos seus artigos? Além das exclusões expressas na constituição, commenta João Barbalho, subsiste a das mulheres, visto não ter sido aprovada nenhuma das várias emendas que lhes atribuíam o direito de voto político. Se a exclusão das mulheres não é uma das exclusões expressas na constituição, sendo condição essencial a toda a lei a clareza e precisão nos seus artigos, é evidente que nossa

lei básica não nega à mulher o direito de voto político. Claro está que essa privação nasce exclusivamente do arbítrio dos intérpretes da nossa lei, é mais uma exuberante prova de egoísmo masculino, quando não o for da ignorância que induz à crença absurda de que a mulher do lar domesticada desaparecerá no dia em que surgir a mulher política (*A União*, 01 abr. 1913, p. 1).

Ressalte-se que essa interpretação ganharia ímpeto somente nas décadas seguintes, em especial, com as mobilizações sufragistas pós-década de 1920, levando as feministas filiadas à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) a atuar nos interstícios e brechas constitucionais. Ou seja, nesse cenário posterior à época em que Catharina Moura pronuncia sua conferência, a luta pelo voto da mulher vai se constituir em algo fundamental: o reconhecimento da própria condição de cidadania, questão apontada por ela de forma consistente em sua conferência já em 1913.

Outro fato marcante foi introduzir, em sua conferência “Os Direitos da Mulher”, questões relacionadas ao “sexo frágil” que ultrapassavam a histórica tese da inferioridade natural da mulher, aceita como verdade incontestável até mesmo entre os mais jovens e inovadores intelectuais da época:

[...] para a mulher futura, a enfesada e archaica teoria da inferioridade feminina tem encontrado em campo oposto, em terreno adversário fortíssimos campeões, grandes adeptos do valor da mulher e de sua elevação social, verdadeiros entusiastas do feminismo, se não do feminismo irreflectido e tolo que abraça o amor livre e outras idéias de igual monta, mas do feminismo elevado e nobre, que procura erguer a esfera social da mulher, levantando-a, dignificando-a, arrancando-a, custe o que custar, ao humilhante protectorado do sexo forte (*A União*, 01 abr. 1913, p. 1).

De forma mais incisiva, questiona, em sua exposição, a supracitada tese atribuindo à referida “inferioridade cerebral da mulher” uma clara argumentação em favor da condição de sua submissão histórica:

[...] impossível seria não sofrer atrofia um cérebro sómente influenciado por factores todos negativos ao seu desenvolvimento, não aniquilar-se uma vontade sujeita, desde as suas primeiras manifestações, à imposição de uma vontade oposta [...] (*A União*, 01 abr. 1913, p. 1).

Ainda contestando a tese da “inferioridade feminina”, a educadora atribui a essa compreensão uma nítida condição social, e não de natureza do sexo, haja vista ter sido a mulher alijada por séculos de uma formação educativa:

Sómente educando, instruindo a mulher pode-se à evitar que ella continue a propagar um tipo psychico social inferior, fútil, quasi infantil [...] sua elevação intellectual e moral pela instrução e pela educação, num futuro, talvez não mui remoto, há de trazer-nos a prova de que essa inferioridade do cérebro feminino, se é que existe, não é uma qualidade inherente ao sexo, mas uma consequência necessária das condições do meio [...] comprehender que, longe de evoluir, longe de elevar-se a mulher, de argumentar sua influencia, esta tenha só contrario, vindo até nós numa escala descendente ou, ou pelo menos, se tenha conservado paralysada? Tudo evolue, tudo progride, só a condição da mulher é quase sempre a mesma através dos séculos. Correm as eras, passam-se os tempos e só a mulher se conserva quase estacionaria no meio das civilizações [...] Isto porque para elle só ao homem é dado tomar parte na evolução, para elle somente foram feitos os cargos e profissões mais dignas. [...] Onde está porém a base dessa teoria? Em que se funda quem sustenta a incapacidade inherente ao sexo feminino ou, asserção ainda mais absurda, quem’ procura

adiantar que a evolução da mulher é a sociedade? [...] Só o egoísmo masculino, o interesse tão poderoso quanto inconsciente, tão hereditariamente enraizado quanto irreflectidamente conservado, pode achar essa teoria coerente com as idéias do progresso, aceitável no estado actual da civilização. [...] (*A União*, 02 abr. 1913, p. 1).

Por essa compreensão, a educadora propõe um questionamento profundo, refutando a tese da “inferioridade natural feminina”, até então aceita como verdade e fortalecida pelos valores tradicionais do catolicismo, como, também, pelo discurso científico que via as mulheres como portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” (Louro, 1997, p. 19). Isto é, interpretando os seus argumentos, pode-se, inclusive, afirmar que, em sua compreensão, as teorias que sustentavam esse debate nada mais eram do que mecanismos de justificação ideológica da subordinação do sexo feminino ao sexo masculino, assertiva denunciada com vigor por feministas, posteriormente, nos idos de 1960.

Outra questão decisiva nessa passagem de sua conferência é a enfática atribuição à educação como condição de liberdade e emancipação da mulher no histórico processo da civilização humana. Assim, considerando o cenário ainda adverso à expansão da instrução feminina, quando muito, as mulheres eram educadas em escolas confessionais onde a formação se erigia sobre os valores cristãos tradicionais, em conformidade com o que sugeriam os padrões patriarcais da época:

A civilização, o progresso exigem dia a dia maior preparo da mulher como educadora. A evolução da mentalidade feminina é condição necessária à vida da mulher na actualidade e por uma consequência lógica tornar-se-á cada vez mais necessária, até

imprescindível essa evolução. Impossível será depurar-se uma sociedade, progredir, elevar-se, desenvolver-se um povo sem o concurso femenino no movimento social, concurso tão valioso qual desvalorizado até hoje [...] Eduque-se o ser humano sem distinção de sexo, faça-se com que a mulher adquira aptidão legal e intelectual para o exercício de toda e qualquer profissão, de modo a pô-lo em prática, sendo esse exercício necessário ou não havendo um impedimento material ou moral que a prive delle (*A União*, 02 abr. 1913, p. 1).

O destaque que a conferencista atribui à educação para a consequente evolução da mulher será uma das bandeiras, posteriormente, em 1922, erguida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e suas filiadas pelo país afora, em anos subsequentes. Não bastava conseguir o direito ao voto; este só teria sentido e êxito se viesse conjugado ao acesso à educação como prioridade.

A crítica da educadora não se limitava apenas ao questionamento da incapacidade masculina de aceitar a inteligência feminina e com ela colaborar para o seu sucesso educacional e profissional, mas, também, à recusa de grande parte das mulheres em lutar contra a opressão e a manutenção da ordem patriarcal, questão considerada como grande obstáculo cultural por feministas pós-1960, haja vista que, segundo as mesmas, a ausência de uma consciência da mulher acerca da sua histórica opressão social impediria a transformação nas desiguais relações sociais de gênero:

Mas infelizmente não é só o homem que assim pensa e sente. A própria mulher hereditariamente conservada nessa posição inferior, tem a consciência da própria inferioridade e bem distante de procurar elevar-se, vencer a distância que separa social e politicamente os dois sexos, sente-se impotente para sahir desse quase

servilismo, acha-se fraca e incapaz e, para ser mais agradável talvez ao seu tutor, une-se a este para censurar e até ridicularizar sua irmã em sexo que procura evoluir, libertar-se da tutela ou simplesmente adquirir aptidão para exercício de uma profissão masculina; e diz, erguendo os lábios num gesto de supremo desprezo: “Fulana é tão ridícula; quer por força ser homem” (*A União*, 02 abr. 1913, p. 1).

Nesse fragmento da conferência, assinala-se quanto difícil era a luta das mulheres que ousavam levantar a bandeira e a voz em defesa de seus direitos, quando, muitas vezes, a oposição partia incisivamente das próprias mulheres, conformadas e aliadas a um modelo de sociedade que definia ideias, comportamentos, valores, papéis específicos a cada sexo.

Um dos momentos de maior evidência crítica da educadora e de sua postura em face dos valores e tradições da sua época é quando a mesma provoca em sua fala um “ataque intelectual” ao principal alicerce da sociedade patriarcal: o casamento e, por conseguinte, à família, com seus hábitos, costumes e regras, demarcando, rigorosamente, para o feminino, o espaço da casa, do cuidado dos filhos e do marido:

Uma instituição, um contrato que só é possível enquanto um dos contratantes, é ignorante, que não se pode mais fazer logo que esse contratante eleva-se mais ou menos ao nível mental do outro, é necessariamente um contrato que tem por fim a exploração de um sócio pelo outro [...] Um contrato nessas condições não representa associação de forças para conquista em commun de um bem, fora do alcance de cada um dos associados em particular, representa a conquista do trabalho de um pelo outro [...] Se a família deve ser isso e se si basêa na ignorância, a família não merece então respeito nem consideração alguma. Tem economicamente os efeitos da escravidão, é uma escraví-

dão moralmente. Como a escravidão avulta e inutilisa o escravo, corrompe e deteriora o senhor, como homens – senhores e escravos debaixo de uma tal influencia são nocivos á sociedade, á especie e a si mesmos, devemos aconselhar ao homem e á mulher, ao senhor e ao escravo de qualquer sexo, a extincão desse estado corrupto e immoral, prejudicial physica, moral e intellectualmente [...] E' adiante, a proposito da inconsciencia feminina em relação ao seu elevadissimo papel na sociedade, inconsciencia resultante da fútil, da insignificantissima educação ministrada á mulher: As futilidades da educação materna que fazem a mãe tão creança como os organismos a que deu o ser, são mais que bastantes para mostrar quanto ella está longe de saber o que é, o que vale e o que deve valer (*A União*, 02 abr. 1913, p. 2).

Por sua interpretação, estava na essência da família patriarcal da época uma condição de opressão e desigualdade a ser combatida de forma pertinaz. Assim, o contrato que regia o casamento impunha uma relação desigual, tendo como consequência a reclusão e a inferioridade intelectual da mulher. Ou seja, cabia ao homem o poder de mando e de inteligência, e à mulher, além da obediência, a ignorância como condição natural. Nessa acepção, o casamento só se mantinha porque baseado nessa relação hierárquica, em que a um de seus membros cabia mandar e ao outro obedecer; a um atribuía-se o saber, ao outro, a ignorância; a um, o direito à voz e ao mando, ao outro, a subserviência e o silêncio. Do modo como constrói essa argumentação, a conferencista coloca o casamento como legítimo mantenedor da ordem patriarcal e capitalista.

Como mulher e intelectual forjada nas lides da independência econômica propiciada pelo trabalho e os estudos, Catharina Moura concluiu a sua conferência declarando um “grande” nível de consciência acer-

ca das relações sociais de gênero, seus desafios na família e o utópico desejo de uma relação harmoniosa entre homem e mulher:

E amanhã quando esse movimento, vencendo as barreiras que procuram destrui-lo, alastrar-se por todo o mundo civilizado, quando a igualdade legal dos sexos já não for phantasma que o homem procura esmagar e que amedronta a mulher, receiosa de perder o amor e respeito masculinos (se é que se pode chamar amor ao culto rendido ao bello e respeito ás atenções dispensadas á fraqueza) será então perfeita a harmonia nos lares, infelicitados na maior parte dos casos pela consciencia, no homem, na propria superioridade e pela inconsciencia, na mulher, do seu importantíssimo papel na familia (*A União*, 02 abr. 1913, p. 2).

Por fim, a conferencista aposta na igualdade entre homem e mulher como elemento de fortalecimento da harmonia na família e põe em dúvida o amor e respeito reinantes que se sustentam no culto ao belo e na atenção dispensada à fragilidade feminina, aspectos que inferiorizam a mulher no espaço familiar dos primórdios do século XX.

A 10ª conferência, intitulada “Instrução pública”, proferida pelo advogado e educador João Carneiro Monteiro, realizada no Teatro Santa Rosa e publicada no jornal *A União*, nos noticiários de 24 e 26 de abril de 1913, destacava, inicialmente, que se propunha debater “Um conjunto de verdades sobre a instrução primária no Brasil, especialmente na Parahyba” (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

Em sintonia com a inspiração e o idealismo intelectual que norteavam o ambiente em prol da cultura das letras durante o governo do Presidente João Pereira de Castro Pinto, advogava a tese da expansão e da qualificação da instrução pública na Parahyba do Norte, como forma de alcance da civilidade republicana.

Nesse sentido, enfatizava a necessidade de rever de forma crítica os alicerces da formação cultural e da educação do país, reestabelecendo, assim, históricas verdades da colonização e suas consequências no modelo de instrução pública que foi sendo consolidado no Brasil.

Entre as “verdades” sobre a instrução pública no Brasil, fazia-se necessário, segundo o conferencista, reconhecer que:

Conquista de Portugal, por ele descoberto e colonizado, nossa patria herdou, as nobres qualidades do povo português e partilhou também de seus grandes defeitos. Por isso com tardos pés arrasta-se a instrução pública aquém e além mar (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

João Carneiro Monteiro insistia na tese de que a instrução pública do Brasil, em particular na nascente república, sofria de uma fragilidade histórica, dadas às condições de origem: “[...] começou falha viciosa desde o inicio da colonização e continua a sê-lo desde o balbuciar da creança no seio materno” (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

Situando a Parahyba do Norte nesse processo histórico, João Carneiro Monteiro reconhece as mesmas origens formadoras da colonização, em particular, que a instrução pública do estado foi mobilizada em sua origem por instituições confessionais:

Em nosso senário desenrolou-se aqui o que se passou no paiz inteiro, sendo os primeiros surtos da instrução emanados das ordens religiosas do Carmo, São Francisco e São Bento e da Companhia de Jesus (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

O conferencista traz à baila, ainda, críticas ao modelo colonizador de instrução imposto por Portugal. Segundo ele,

Durante os primeiros séculos da nossa existência pública, os poderes públicos não se lembraram da instrução, ficando elas a cargo de ordens religiosas. Os primeiros passos dados foram ainda em auxílio a essas ordens fazendo-lhes mesquinhos contribuições (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

Nessa passagem da conferência, o autor reconhece a ambiguidade do Estado brasileiro, que, apesar de sua proclamação republicana laica, a partir da Constituição de 1889, ainda se sustentava por um saber pedagógico de sólida formação religiosa cristão-católica que o legitimava.

Ainda se referindo às origens da formação educacional do Brasil, identifica entre as tradições perniciosas herdadas da colonização o uso dos castigos corporais, método punitivo cultivado no modelo de instrução primária, desde os primórdios da escolarização: “Em castigos as aulas eram ferteis. Havia castigos corporais acérrimos, e até infamantes” (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

Ainda segundo Monteiro:

Os castigos prediletos eram o bolo, os puchões de orelha, o chapéu de Zé Pereira, postar-se de braços abertos ou de joelhos na janéla da rua, rezar, pôr máscara de burro e outros que humilhavam as crianças [...] (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

Monteiro reconhecia que os castigos físicos como elemento disciplinar ou método de controle, fundamentados na humilhação da criança, desde a tenra idade escolar, denunciavam o atraso dos agentes de poder que buscavam nos recursos da força física e nas punições as únicas maneiras de corrigir e civilizar o aluno, livrando-os da delinquência, da insolência e dos retardos mentais. Essa condição aqui apontada pelo educador João Carneiro Monteiro nos primórdios republicanos seria posteriormente enfrentada pelo movimento escolanovista.

Discorrendo sobre a necessária e urgente condição para reformar o ensino no Brasil, Monteiro propunha, fundamentalmente, “1º Despender maior orçamento com o ensino; 2º Instituir os concursos para preenchimento das vagas; 3º Acabar com os privilégios acadêmicos” (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

De acordo com Monteiro, o pleito pelo concurso para preenchimento docente na instrução pública era essencial, no sentido de incorporar qualidade ao serviço educacional oferecido pelo Estado e acabar com privilégios históricos. Ou seja, as nomeações sem concurso, além de precarizarem o modelo de instrução pública, constituíam-se em “[...] fator da falta de estímulo” (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

A defesa do instrumento legal do concurso para instrução pública convergia também, naquele momento, com as medidas adotadas por João Pereira de Castro Pinto, que, segundo Mello, desde os primórdios do seu governo, empunhou-se em elevar: “o nível da instrução, instituindo o regime de concursos para preenchimento das escolas” (Mello, 1956, p. 84).

Apesar do posicionamento crítico ao modelo de nomeação, de “gente estranha ao ensino, que mais fazia daquilo sinecura que evangelho” (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2), João Carneiro Monteiro reconhecia alguns valores intelectuais desse processo na Parahyba do Norte, tais como Abel da Silva, José Coelho, Francisco Falcão, Gama e Mello e Tomás Mindelo, personagens que, segundo ele, apesar da política de nomeação predominante valorizavam as cátedras.

Nunca são demais as públicas homenagens que rendemos a esses devotados apóstolos que vinham rompendo os marcos encapelados para nas brenhas emaranhadas dos luazés pregar a palavra da civilização (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

Ou seja, embora em pequeno número de privilegiadas inteligências, esses nomes apontados contribuíram com a organização e consolidação do modelo escolar da Parahyba do Norte da época, precariamente composto de apenas 84 cadeiras para atender uma demanda de 4.130 alunos (Mello, 1956, p. 85).

Por fim, Monteiro expõe de forma crítica sua insatisfação com o modelo educacional do Brasil da época, por compreendê-lo como atrasado e ineficaz, face às exigências da instrução pública no cenário da civilização republicana que se pleiteava como projeto moderno. Conclui a conferência afirmando que

A ciência tem triunfado sem o prestígio do Estado e essa ciência acadêmica que se ensina por aí em fóra, sob a subvenção oficial, nunca preencheram seus fins, porque em parte tem sido inventada à medida que aparecem os reformadores de ocasião, ou os candidatos a empregos, e em parte só ensina teoria, muita vez teoria gasta e anacrônica, já abandonada em centros de maior cultivo (*A União*, 23 abril, 1913, p. 2).

Nesse fragmento, o conferencista aponta para algumas características tidas como perniciosas ao ensino, questões que vão e voltam nas análises sobre a educação no Brasil: o ensino propedêutico, a desarticulação entre o que se ensina na escola e o que se precisa para arranjar um emprego, o modismo em educação, o excesso de teorização, o anacronismo das teorias, o que também aponta para um lapso de tempo significativo entre a “descoberta” das ideias e sua divulgação em âmbito escolar.

Portanto, em sua conferência, João Carneiro Monteiro reconhece a necessidade de dimensionar o papel do Estado na organização da educação na Primeira República, em favor da ciência, do saber culto, letrado, civilizado e, por conse-

guinte, da expansão e qualificação da instrução pública, associando-se às teses preconizadas por outros intelectuais, a exemplo de Manoel Bomfim, crítico contumaz de um modelo republicano de tradições oligárquicas ultrapassadas (Machado, 2007). A educação era, assim, colocada no centro das discussões que anunciam a modernização de uma sociedade que despertava para a urgência de acompanhar o desenvolvimento que vinha se propagando por todos os lados.

Conclusão

Reconhecido pelos historiadores locais como intelectual, homem das letras, de grande sensibilidade para a cultura, Castro Pinto é apontado como responsável por várias iniciativas no campo educacional e cultural, com um intuito modernizador. Entre essas iniciativas, destaca-se, aqui, a ambição administrativa de implantar uma Universidade Popular na Paraíba do Norte, que resultou na promoção de conferências sob os mais variados temas, como: cidade moderna, agronomia, instrução pública, direitos políticos da mulher, higiene, habitações populares e direito eleitoral, entre outros. Temas de tão diversa abrangência, que iam desde as preocupações locais às mundiais, e, para tanto, foram mobilizados políticos, intelectuais, educadores, ou seja, uma reunião da elite intelectual paraibana.

A conferência proferida por Catharina Moura sobre os direitos da mulher revela uma visão crítica sobre a temática e antecipa questões cruciais para a luta feminista que seria empreendida nas décadas seguintes pelas mulheres, no Brasil. Em solo paraibano, podemos considerá-la um texto de vanguarda, cujo teor pode ser identificado posteriormente, na década de 1930, em artigos publicados na Página

Feminina da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, no jornal *A União*.

A 10ª conferência, sobre instrução pública, proferida pelo advogado e educador João Carneiro Monteiro, assinala a urgência em rever criticamente os fundamentos da formação cultural e da educação do país, que apontavam para as influências herdadas do processo de colonização e suas implicações no modelo de instrução pública que foi se concretizando no Brasil. Nesse sentido, algumas particularidades prejudiciais à área educacional são aspectos postos em relevo pelo conferencista.

Entretanto, as notícias veiculadas pelo jornal *A União* se configuraram como “instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento”, fazendo valer “o poder das palavras” através da “crença na legitimidade das palavras e daquele que pronuncia, crença cuja produção não é a competência das palavras” (Bourdieu, 2009, p. 15). Compreender as matérias no jornal supracitado como fonte é verificar esse suporte como o lugar do diálogo, do debate e das polêmicas. Sendo assim, as notícias sobre a instrução pública e, mais especificamente, a Universidade Popular, não se configuraram como um retrato fiel da realidade, mas, sim, uma representação do discurso de uma instância do poder paraibano que deixou vestígios sobre o assunto.

A partir da pesquisa desenvolvida, verificou-se que nem todas as conferências planejadas foram realizadas, isso significa que a criação de uma Universidade Popular foi abortada ainda em seus debates iniciais. Todavia pelos comentários posteriores a cada conferência proferida, pode-se assinalar a movimentação que tais debates proporcionavam na capital da Paraíba do Norte, lotando o Teatro Santa Rosa, mobilizando a “fina flor” intelectual paraibana daquela época.

Portanto, a discussão, através da imprensa, em torno da implantação de uma Universidade Popular – embora esta não tenha de fato se concretizado – pôs em pauta temas fundamentais para se refletir sobre uma renovação no campo educacional, e, dessa forma, a Paraíba do Norte procurava ocupar seu espaço no debate cultural e educacional do país.

Referências

- A IMPRENSA. 1913. Paraíba, 17 abr. 1913, p. 1.
- ARAÚJO, J.C.S.; SCHELBAUER, A.R. 2007. Apresentação. In: J.C.S. ARAÚJO; A.R. SCHELBAUER (orgs.), *História da educação pela imprensa*. Campinas, Editora Alínea, p. 6-11.
- BOURDIEU, P. 2009. *O poder simbólico*. 12ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 313 p.
- CAMPOS, R.D. de. 2012. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, 12(28):45-70.
- COUTINHO, M.O.R. 1965. *Poder, alegria dos homens*. João Pessoa, Gráfica A Imprensa, 130 p.
- DUARTE, S.V. 2000. *Castro Pinto*. João Pessoa, Editora A União, 120 p.
- FREIRE, C.C. de M. 1978. *História da Paraíba (para uso didático) 1878-1978*. 2ª ed., João Pessoa, A União Cia Editora, 215 p.
- GONÇALVES NETTO, W. 2002. Imprensa, civilização e educação: Uberabina (MG) no início do século XX. In: J.C.S. ARAÚJO; D. GATTI JÚNIOR (org.), *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, Autores Associados, p. 197-225.
- LOURO, G.L. 1997. Gênero e Magistério. In: D. CATANI; B. BUENO; C.P. de SOUZA; M.C. de SOUZA (orgs.), *Docência, memória e gênero. Estudos sobre a formação*. São Paulo, Editora Escrituras, p. 13-27.
- LUCA, T.R. de. 2006. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: C.B. PINSKI (org.), *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, p. 111-153.
- MACHADO, C.J. dos S.; NUNES, M. da S.; MENDES, M.C.F. 2013. *Catharina*

- Moura e o feminismo na Paraíba do Norte. Fortaleza, Edições UFC, 132 p.
- MACHADO, C.J. dos S. 2007. Educação, identidade e formação da nacionalidade brasileira: a atualidade crítica de Manoel Bomfim. *Revista HISTEDBR Online*, 28:57-69.
- MELLO, J.B. 1956. *Evolução do ensino na Paraíba*. 2ª ed., João Pessoa, Imprensa Oficial, 363 p.
- OLIVEIRA SOBRINHO, R. de. 2002. *Antoções para a história da Paraíba*. João Pessoa, Editora Ideia, 192 p.
- PRIORE, M.D. 2009. *Matar para não morrer: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis*. Rio de Janeiro, Objetiva, 160 p.
- RAPOSO, E. 2006. *1930: seis versões e uma revolução*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 278 p.
- RODRIGUES, I.C.L. 1984. José Pereira Lima: os fatos e as versões. In: *Série IV Centenário: Princesa - José Pereira: a chama ainda acesa (1884-1984)*. João Pessoa, A União, p. 9-26.
- ROSA, R. de C.V. 2009. Mulheres, memórias e ação política em Juiz de Fora, anos de 1960. In: R. SOIHET; M.C. de ALMEIDA; C. AZEVEDO; R. GONTIJO (orgs.), *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 307-323.
- SOARES, A.L.T. 2010. *Inventando gênero: feminismo, imprensa e performatividades sociais na Rio Grande dos "anos loucos" (1919-1932)*. Curitiba, PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 167 p.
- TRIGUEIRO, O. 1982. *A Paraíba na Primeira República*. João Pessoa, Editora A União, 169 p.
- SILVA, J.F. 2009. *Progresso e destruição na cidade da Paraíba: cidade dos jardins*. João Pessoa, Editora UFPB, 281 p.

Fontes primárias

- A UNIÃO. 1913. Paraíba, 17 jan., 01 fev., 01 abr., 02 abr., 23 abr. 1913.
- A UNIÃO. 1936. Paraíba, 23 ago., 1936.
- A UNIÃO. 1937. Paraíba, 3 jan., 25 jul., 31 out. 1937.
- A UNIÃO. 1938. Paraíba, 15 maio, 1938.

Submetido: 18/09/2013

Aceito: 11/08/2014

Charlton José dos Santos Machado
Universidade Federal da Paraíba
BR 230, km 22, Cidade Universitária
58053-000, João Pessoa, PB, Brasil

Maria Lúcia da Silva Nunes
Universidade Federal da Paraíba
BR 230, km 22, Cidade Universitária
58053-000, João Pessoa, PB, Brasil

Larissa Meira de Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba
BR 230, km 22, Cidade Universitária
58053-000, João Pessoa, PB, Brasil

195